

O A República e a Educação na Província do Pará (1886-1889): o discurso de uma educação republicana¹.

FELIPE TAVARES DE MORAES* (UFPA)

felipetavaresmoraes@gmail.com

WILMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO** (UFPA/UNAMA)

wilmacoelho@yahoo.com.br

A década de 1880, na Província do Pará, é marcada por intensa manifestação do Club Republicano do Pará, a partir da publicação do *A República*, que, em seus editoriais e artigos, argumentava diretamente a favor do regime republicano e tecia críticas ferrenhas ao Império brasileiro. Este trabalho pretende demonstrar quais eram as problematizações específicas feitas pelos republicanos paraenses em matéria de *Instrução Pública* ao governo provincial. Em outras palavras, o nosso objetivo é apresentar o *discurso*² político que propunha uma educação republicana, como a antítese necessária a educação praticada no regime imperial. Discurso que apresentava um projeto

¹ Este trabalho apresenta resultados parciais da dissertação de mestrado intitulada “A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana” produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED – UFPA), na linha de pesquisa “Currículo e Formação de Professores”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Wilma de Nazaré Baía Coelho.

*Graduado em História (Lic./Bach.) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED – UFPA). Bolsista da FAPESPA (Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará).

**Professora doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED – UFRN). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (Núcleo GERA/UFPA). Coordenadora do Curso de Especialização sobre Relações Étnico-Raciais e Ensino Fundamental – 2010-2011 (UNIAFRO). Coordenadora Regional-Norte da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros).

² Consideramos, neste trabalho, o conceito de *discurso* (enunciado) de acordo com as formulações de Mikhail Bakhtin (1979). Com o advento de sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin apresenta novas proposições para se pensar a comunicação social, sobretudo, por demonstrar que a linguagem não é algo independente das relações sociais (objetivismo obstrato), ou algo produzido e restrito a consciência individual (subjativismo individualista), e sim, um fenômeno eminentemente social que acaba por expressar tais relações. Logo, para Bakhtin, a linguagem é dialógica, dialética, marcada pela contradição, entre enunciados que expressam interesses sociais divergentes. A linguagem, a partir de signos culturais específicos, encaminha interesses de classe. Assim, determinado enunciado em sua construção lógico-argumentativa acaba se contrapondo aqueles outros que lhe são contrários, esse processo discursivo nada mais é do que o encaminhamento de múltiplos interesses dos grupos sociais em busca da legitimidade social no plano ideológico. A rigor, Bakhtin afirma que “*a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda a criação ideológica, seja ela qual for*” (BAKHTIN, 1979: 23 – grifos do autor), visto que um discurso é conformado por um conjunto de *palavras*, segundo o mesmo Bakhtin, é um signo ideológico por excelência; isto é, objetiva propagar interesses sociais dos grupos inseridos nas relações de poder. Desta forma, percebemos que os republicanos paraenses apresentam as suas proposições políticas e educacionais com respaldo em suas críticas a política e a educação no Império; logo, o discurso republicano afirma-se, ideologicamente, a partir da antítese, da negação, das instituições imperiais, dentre elas, a educação.

educacional e político republicano. A educação republicana como solução para o considerado atraso e problemas enfrentados na educação imperial.

Em 1886, dirigindo-se aos “concidadãos”, o Manifesto do Club Republicano do Pará, publicado nas páginas do jornal “A República”, afirma que é necessário “caminhar”, envidar esforços, trabalhar no sentido de superar o passado que tanto envergonha e construir um futuro que traga a “vangloria”, ou nas suas palavras, “no lugar onde outr’ora a mantinha erecto o symbolo da monarquia hereditária ha de surgir o estandarte da Republica electiva”³. É nesses termos que inicia a sua crítica ao Império. Em seguida, continua, criticando as instituições “imperialistas”, que são centralizadoras e unitaristas, com caráter “atrofiador e mortificante”, e os republicanos se opõem a isso com a descentralização, que é o elemento de sustenta as grandes nações (GAIA, 2000).

A idéia de federação, de descentralização política e administrativa, são os elementos centrais da crítica do Manifesto. Ao contrário da organização política “despótica” em que todas as relações estão ligadas ou personificadas no Rei, “a República, ao revez, só é compatível com o regimen da descentralização que, mantendo a integridade da Patria, garanta em sua plenitude a vida dos diferentes membros do corpo social”⁴. Pois, esse ideal, o da federação, é pelo qual “marchão nações, que se constituem segundo os princípios modernos da sciencia e sob o regimen da industria”⁵. Quer dizer, a federação é a forma de organização política mais compatível com o governo republicano, e as nações avançadas que se conduzem nos moldes republicanos de governo, o fazem assim por se guiarem pelas formulações científicas no plano político e adotarem a indústria, o sistema fabril, na esfera econômica. Essas nações são prósperas em razão de adotar o que havia de mais avançado, de acordo com os ditames da ciência da época: a federação, a República e a indústria. O que acaba sendo totalmente incompatível com a realidade brasileira, e, por extensão, paraense, ainda marcada pelo Império, a centralização política e a escravidão. São nesses termos que envereda a crítica dos republicanos paraenses no Manifesto.

Nesse sentido, finaliza citando Theofilo Braga, importante intelectual positivista português,

“A medida que a educação publica se alarga, que a industria se multiplica, que as opiniões se racionalisam, o individuo adquirem um maior gráo da sua consciência e procura afirmar por todas as formas a propria independência. É nessa phase de transformação que o Estado se immobilisa, concentrando a auctoridade nos privilegios dinásticos, apoiando-se nas classes atrasadas, conservadoras por instincto, e embaraçando o progresso individual por uma regulamentação importuna e atrofiadora chamada a centralisação administrativa”⁶

³ A República, 07/09/1886, pág. 2.

⁴ A República, 07/09/1886, pág. 2.

⁵ A República, 07/09/1886, pág. 2.

⁶ A República, 07/09/1886, pág. 2.

Essa citação sintetiza bem a crítica dos republicanos paraenses à centralização política e a Monarquia, e, além da indústria, já apresenta a *educação* como um elemento importante de racionalização e independência individual, e de como isso entra em choque com a organização política em vigência que apenas retarda o “progresso individual”.

Na conclusão do Manifesto, a escravidão é apresentada como um dos sustentáculos do Império. O cetro do Imperador é comparado ao chicote do fazendeiro, sendo ambos os símbolos do despotismo, a usurpação da liberdade, e responsáveis pelo “abaixamento do caracter brasileiro”. Aqueles que estão relacionados à escravidão nada mais são do que

“vendilhões de carne humana, que saciam os seus instintos a custa da honra e do sangue de uma raça e mandam os feitores bestiaes, por maldade requintada e brutal, assassinar pelo processo lento da vergasta ou pelo supplicio da fome, os seus irmãos, cujo grande crime é a cor escura do pigmento”⁷.

Porém, a República, que representa a aurora da libertação destes concidadãos, pois “para quebrar o throno do rei é necessário despedaçar o tronco dos algozes. Assim nos oppomos a uma *monarchia de escravos, a republica dos homens livres* – grifo no original”⁸. Se escravidão é considerada como uma das formas de sustentação do poder imperial, a libertação dos escravos, que são vistos como concidadãos, é condição necessária para que a República surja como regime político, bem como esta represente a transformação do escravo em cidadão.

Não obstante, o Manifesto seja finalizado com um tom triunfante, de que futuro se constrói sobre as ruínas do passado, pois a demolição é condição necessária para progredir e construir. Os republicanos, considerando-se “sentinelas avançadas do progresso”, imbuídos de patriotismo, denunciam o crime de lesa-soberania, de o país ir contra a sua própria grandeza, se alguém não se levantar para evitar que seja dado por herança a um estrangeiro – fazendo referência direta a um possível terceiro reinado, com a sucessão da Princesa Isabel e Conde D’Eu, seu marido que era francês. Contudo, “preparemo-nos todos para esse acontecimento extraordinário que não está longe; para essa mudança política, que tem forçosamente de operar-se em proximos dias, (...) de onde datará a nossa vida como nação livre e independente: *a proclamação da republica* – grifo nosso”⁹.

Nesse sentido, apresentamos algumas leituras historiográficas consagradas acerca da proclamação da República. Consideramos os principais argumentos dos trabalhos que compõe esse campo temático, de forma a demonstrar as diversas posições que foram se construindo com o passar do tempo, até a proposição mais aceita atualmente neste campo historiográfico. E partir da interpretação

⁷ A República, 11/09/1886, pág. 2

⁸ A República, 11/09/1886, pág. 2

⁹ A República, 11/09/1886, pág. 2

com a qual compartilhamos demonstrar quais relações podem ser estabelecidas com a concepção político-educacional investigada.

No trabalho *Formação Histórica do Brasil*, de 1962, resultado de suas aulas no Instituto Superior Estudos Brasileiros (ISEB), Nelson Werneck Sodré faz uma leitura da História do Brasil, da col nia   “Revolu o de 1930”, que compreendia o desenvolvimento histórico restrito a sucessão de modos de produ o. Na parte que discute a passagem do Império   Republica, diz que a República não foi proclamada, e sim, devido   questão religiosa, militar e a aboli o, as bases de sustentac o política do Império, o edifício imperial ruiu, o que ele chama de “Liquida o do Império”, e a República ocupou seu lugar no plano político-institucional. Nesse sentido, percebe a atua o da classe média, no caso, o clero e os militares, ao lado, dos setores progressistas da classe senhorial, os cafeicultores, contra as políticas sociais e econ micas empreendidas no Segundo Reinado, sendo disso resultante a questão militar e religiosa, por conta dessa insatisfa o, bem como a adesão dos militares aos ideais republicanos.

Leôncio Basbaum (1975/1976), no seu *História Sincera da República*, o volume dedicado a Primeira República, comungando de muitas proposi es de Nelson Werneck Sodré, pretende compreender quais as razões da derrubada do Império. Para ele, a monarquia brasileira sucumbiu diante da ausência de suas bases de sustentac o – a escravidão, o comércio agro-exportador de a o, e a questão religiosa e militar. Porém, divergem em rela o   atua o dos militares e sua origem social. Considera que eles foram fundamentais para a derrubada do Império. Porém, por conta das divergências políticas que os militares tinham com as políticas empreendidas pelo gabinete de Ouro Preto, a sua interven o com campo político era no máximo da deposi o desse gabinete.

Assim, em razão das condi es estruturais, os militares acabaram proclamando a República, ou melhor, a sua interven o política acabou derrubando a Monarquia. No capítulo que trata mais detidamente dessas questões, intitulado “A queda do Império”, ele afirma “Por isso, se   certo que a República veio ao Brasil, literalmente, da noite para o dia, não   menos certo que havia ambiente para ela: a desagrega o, o desmoronamento, mas inexorável do regime, que todos sentiam, mas que a poucos perturbava. (...) [A monarquia] faltava apenas um ligeiro empurrão que desabasse” (BASBAUM, 1975/1976: 231), e quem deu esse empurrão foram os militares.

Em oposi o Werneck Sodré e Basbaum, nos anos 1970, vem   lume o *Da Monarquia   República: momentos decisivos* (1999) de Emília Viotti da Costa. Neste trabalho, utilizando do marxismo como orienta o teórica, porém, sem o seu cariz ortodoxo e vulgar, a autora apresenta duas inova es com este trabalho: por um lado, a crítica da aboli o, da questão religiosa e militar como razões da derrubada da Monarquia; e por outro, a explica o da proclama o da República relacionada às modifica es da estrutura sócio-econ mica e da atua o política da classe média e dominante.

De acordo com Viotti, a abolição representou apenas a modificação de um dos componentes da economia do Império, a força de trabalho escrava; a questão religiosa foi igualmente valorizada em demasia como a abolição, tendo em vista que a sociedade brasileira não era tão clerical assim para que a República representasse mais prestígio e poder para a Igreja Católica; e a questão militar foi resultado da ação espontânea dos militares que tomou para si a idéia de salvação nacional, após a Guerra de Paraguai, e a adesão, a partir do positivismo, ao ideal republicano. Por outro lado, as modificações sociais e econômicas que dinamizaram mais a sociedade brasileira, diversificando e complexificando sua produção, por meio da industrialização, o processo de urbanização e a formação de um mercado interno. As classes sociais que estavam diretamente ligadas a essas atividades foram aquelas que atuaram no campo político pelo advento do regime republicano. Assim, sua idéia é: Proclamação foi resultado da movimentação política de parcela do exército, os cafeicultores do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas, pois as suas divergências internas foram reunidas entorno do ideal republicano.

A partir da década de 1980, ainda no campo de discussão marxista, Décio Saes (1985) e o seu *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)* apresenta a sua contribuição sobre a problemática da Proclamação da República. Inicialmente, ele empreende o esforço de explicar como surge o Estado Burguês no Brasil, no período de 1888 a 1891, que engloba a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Assembléia Constituinte. Nesse sentido, a Proclamação da República não foi movida por nenhuma fração da classe dominante – plantadores escravistas, proprietários fundiários não-escravistas, setores ligados ao capital mercantil/usurário – mas os agentes que constituíram o motor e a direção do processo de transformação do Estado moderno escravista em burguês foram a classe dos escravos rurais (força principal – “motor” do processo) e a classe média urbana (força dirigente – “direção”). O autor apresenta, com esta formulação, uma crítica frontal às demais leituras sobre a Proclamação da República. Para ele, a Proclamação da República é resultante da luta e da resistência escrava, que teve um papel determinante na destruição do escravismo, como também na sua relação com o movimento social-urbano de cunho antiescravista.

Ainda na década de 1980, surgem trabalhos que seguem as novas abordagens propostas pela historiografia francesa, à chamada Nova História, no que diz respeito ao estudo das mentalidades e do cotidiano no campo político (JANOTTI, 2005). Desta forma, o *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, de José Murilo de Carvalho (1990), desponta como um dos expoentes nesta nova abordagem historiográfica. O seu objetivo é analisar as formas de manipulação do imaginário e a sua utilização como instrumento na busca de legitimidade popular, pois esta manipulação é um importante momento de redefinição de identidades coletivas.

Assim, são ofertadas pelos republicanos brasileiros vários símbolos, sinais, simbologias e mitologias como forma de legitimação no plano do imaginário social do novo regime. O que o autor faz é a avaliação dessas manipulações quanto à sua eficácia junto à população, pois, para essas construções terem sentido social, os seus signos têm que ter algum correspondente com o que Baczko nomeou de “comunidade de imaginação” ou “comunidade de sentido”. Nesse ponto, Carvalho afirma que não houve a Proclamação da República, e sim as Proclamações da República, uma vez que com o processo de tomada do poder houve uma intensa batalha entre os projetos das diferentes frações republicanas que participaram do movimento, como os militaristas, os positivistas e os liberais.

Outro trabalho que surge nesse momento é *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*, de Celso Castro (1995). Neste estudo, Castro compreende a Proclamação da República construída exclusivamente pelos militares, mais precisamente pela “mocidade militar”, no caso, os militares de baixa patente, em geral estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha. Este grupo é responsável pela difusão das teorias científicas em voga à época, entre elas, o positivismo, vindo a Escola Militar ser considerada “O Tabernáculo da Ciência”. Não foi Benjamin Constant quem introduziu o positivismo, e sim o mestre que foi influenciado por seus discentes, pois estes precisavam de um oficial de alta patente e com prestígio social suficiente dentro da corporação militar, para que liderasse o Exército em suas aspirações republicanas, porque praticamente a mocidade militar era republicana nas forças armadas. Mais uma vez, como se percebe, esse autor empreendeu uma crítica aos marcos consagrados pela historiografia que discute essa problemática.

Por fim, o estudo mais recente relacionado à perspectiva da historiografia francesa, é o *A República Consentida: cultura democrática e científica do Império*, de Maria Tereza Chaves de Mello (2007). Nesta obra apresenta-se a formulação de que a idéia de República já estava sendo bastante difundida no final do Império, tendo boa colhida no seio da população, a partir da difusão crescente de uma cultura científica e democrática, sendo a expressão de algo civilizado. Assim, a população não assistiu “bestializada” a Proclamação, pois havia, no plano das mentalidades, uma predisposição da forma republicana de governo como algo avançado, superior, civilizado, e, portanto, almejado e desejado. Desta forma, este trabalho inova por demonstrar que a população não estava permissiva apenas observando o desenrolar dos fatos políticos, se estes fatos acabaram por se concretizar foi em razão da permissão da população, da sua concessão, ou melhor, como a autora defende, do seu consentimento. A Proclamação foi possibilitada por uma mentalidade científica e democrática que corporificava na República todos os desejos de mudança que aplacava os grupos sociais no final do Império.

Considerar a historiografia construída sobre essa questão é fundamental, em primeiro lugar, pela inflexão político-institucional que representa a Proclamação. Foi o Império que ruiu em suas

contradições? Ou a República fora proclamada por conta da abolição, questão religiosa e militar? Ou ela foi o resultado da atuação política das frações da classe dominante, no caso, militares, cafeicultores e classes médias urbanas? Ou movimento das classes populares? Um movimento eminentemente militar? Ou a disputa de projetos políticos? A República, na verdade, fora consentida?

Essas leituras apresentam desdobramentos históricos diferenciados, sendo importante conhecê-los para poder nos posicionar ao lado daquele que avaliamos mais pertinente aos propósitos do nosso estudo. Em meio a essas interpretações, a princípio, recusamos aquelas que dizem que o Império ruiu, ou que foi resultado da abolição, da questão militar e religiosa, ou ainda, que seria um movimento popular ou exclusivamente militar, por considerarmos que elas sejam muito simplistas e unilaterais em eleger determinados aspectos como centrais nesse contexto de transição tão complexo e multifacetado. A nosso ver, a proclamação foi um golpe de cima para baixo, realizado pelos setores dominantes na sociedade brasileira, os quais disputaram o poder por meio de seus projetos políticos, porém a população não ficou “bestializada” assistindo a uma parada militar, pois neste momento, em razão do proselitismo do movimento republicano, a idéia de República tinha ampla aceitação no seio da população que a almejava como algo superior, organizado, civilizado.

Retomando ao jornal “A República”, além do Manifesto, são publicados artigos que tratam diretamente da problemática educacional nesse final de Império. Sob o título “*Nossa Instrução*” e assinados por Jefferson, os artigos apresentam as questões e proposições dos republicanos paraenses acerca da questão educacional, que, de modo geral, seguem a mesma linha de raciocínio do Manifesto: de crítica da educação no Império e as proposições de uma educação moderna, de acordo com os ditames da ciência.

Segundo José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008), a educação no Império brasileiro era pautada por dois objetivos fundamentais: a formação de uma elite imperial e do estado nacional. Assim, a instância educativa envidava esforços para os níveis de ensino que corroborassem para esses objetivos, notadamente, o ensino secundário e superior. Os demais níveis, como o elementar, o primário, o profissional, estavam contemplados, porém, não com a mesma ênfase que o secundário e superior. Ou seja, a educação era direcionada a grupos sociais específicos, no geral, proprietários de escravos e terras, e que estavam relacionados à classe dirigente. Outro ponto da educação ofertada no Império diz respeito ao seu conteúdo ilustrado, com ênfase nas letras e artes, com vista à formação de uma elite dirigente. Agora, podemos compreender as críticas dos republicanos à educação imperial, ao menos, no que se refere ao ensino que seja de acordo com as orientações da moderna ciência pedagógica – no caso, uma educação francamente positivista que traduzisse para a educação as conclusões das ciências naturais, uma vez que essa era organizada por métodos rígidos, guiado por leis, experimentado e observado (LINS, 1967; PAIXÃO, 2004; VERÍSSIMO, 1985). Nesse

sentido, o *discurso* republicano em matéria de educação opera ideologicamente na crítica da educação imperial, isto é, procura-se afirmar uma proposição de educação republicana, pautada pela ciência, que seja a negação da imperial, no caso, retrograda e atrasada – tendo em vista que neste contexto esta última era hegemônica.

O jornal é considerado um “gladiador” que nas “lutas pela razão”, que procura não modificar o presente que já está “corrompido pela nojenta lepra da indignidade”, mas o contrário, de criar as condições para o “desabrochar de uma nova geração porvir, alimentada desde o berço com as sans doutrinas da – *igualdade e fraternidade* – grifo no original”¹⁰. Criar essas condições, ou jogar as sementes que venham germinar no futuro, é necessário preparar o solo, o terreno; a partir desta analogia, o “terreno é a intelligencia humana, e essas sementes, as doutrinas republicanas”¹¹. Não raro, qualquer bandeira progressista deve ostentar a instrução ao povo, pois o regime republicano é o governo do povo, pelo povo, e “segue-se que um dos pontos capitaes da forma governamental republicana é a instrucção do povo”¹².

Quando o jornal se considera um “gladiador” que promove a “luta pela razão”, é perceptível a atuação dos intelectuais na imprensa neste momento de transição Império-República, mas, principalmente, na Primeira República. Por um lado, o *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré (1966), é marcada pelo pioneirismo por conta do seu esforço de síntese de história da imprensa brasileira, nos diversos períodos de sua história. No período republicano, Sodré afirma que os jornais eram o principal meio de propagação de idéias políticas e culturais. Nesse sentido, confere estreita relação entre a atuação dos intelectuais e a imprensa, já que esta última representava a um só tempo: uma forma de divulgação de idéias e emprego. Devido sua leitura marxista, Sodré ainda diz que a imprensa representou neste período um importante instrumento de dominação, em razão de ser o veículo das idéias da classe dominante, as propagando e legitimando no campo político. De acordo com ele, a imprensa na Primeira República teve a mesma função que o partido político de massas no século XX.

Por outro lado, um estudo mais recente, com o mesmo título, o *História da Imprensa no Brasil* de Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2008), no qual apresentam uma breve história da imprensa, dos seus primórdios no período colonial, os avanços no Império, a consagração na República, bem como os seus desdobramentos como indústria cultural no século XX. Na Primeira República, a imprensa periódica torna-se um grande veículo de atuação política. Os jornais representam as tribunas da discussão política, das polêmicas entre republicanos e monarquistas. Nesse

¹⁰ A República, 11/09/1886, pág. 3.

¹¹ A República, 11/09/1886, pág. 3.

¹² A República, 11/09/1886, pág. 3.

sentido, os intelectuais assumiam lugares estratégicos nas redações desses periódicos, apresentando suas formulações políticas e culturais, fazendo o proselitismo em favor da República.

De acordo com o artigo, apenas a forma republicana de governo tem a preocupação com a *instrução popular*, pois exige que seja cultivada a “luz da intelligencia” e o “brilho da razão illustrada”, diferentemente da Monarquia que para a sua manutenção procura as “sombras da ignorancia” e o “servilismo do entendimento”. Nesse sentido, fica bem claro, que para os republicanos paraenses, “a instrucção, que remove os obstaculos da ignorancia, e prepara o terreno, para que, uma vez implantadas, as instituições da republica se desenvolvam, floresçam e fructifiquem”¹³.

Dando continuidade ao artigo “*Nossa Instrução*”, o articulista Jefferson acredita que a instrução é o cultivo da inteligência. A inteligência bem desenvolvida engendra um cérebro robusto, que, por sua vez, resulta na faculdade no homem do discernimento e livre arbítrio, bem como em idéias e ações independentes. É precisamente cidadãos com essas qualificações que a República pretende possuir, “homens instruidos, para que saibam expender, com a independencia de caracter illibado, as verdadeiras idéas do progresso; para que saibam tomar a livre resolução de sempre defendel-as em toda parte, para que saibam, emfim, contribuir para a franca execução e manutenção dellas”¹⁴.

Deste modo, é premente a instrução do povo, dos filhos do povo, já que cultivar-lhes a inteligência é criar uma futura “pleiade vigorosa de cerebros robustos”. Apela aos governantes que sejam mais preocupados com a educação popular, sejam mais caridosos, pois “raça plebea também é vossa co-irmã”, e se não se quer dar igualdade pecuniária, o articulista implora que seja dada a igualdade intelectual, a igualdade de instrução. Ainda estranha que em pleno século XIX, “o século das luzes”, a massa popular ainda esteja enveredando no “dezereto da estupidez” e da “cegueira intellectual”. Por conta disso, o Brasil, “a nação, cujo maior numero de indigenas, soffre a falta de uma instrucção mais ou menos completa, não merece certamente que a chamem – *nação culta* – grifo no original”¹⁵. Completa que o século XIX, só vai ser de fato o século das luzes, a partir do momento em que a massa popular, a população mais pobre e humilde, tenha um “cerebro em condições de pensar livremente, de raciocinar logicamente, de resolver tudo per si, e mesmo de filosofar até certo ponto”¹⁶. Nesse sentido, Marlos Rocha (2004) afirma que uma das críticas contundentes do que ele chama de *geração de críticos republicanos* era a incorporação do povo à nação, e isso só poderia ser feito por meio da educação, que efetivamente engendraria cidadãos que participassem da vida política.

¹³ A República, 11/09/1886, pág. 3.

¹⁴ A República, 14/09/1886, pág. 3.

¹⁵ A República, 14/09/1886, pág. 3.

¹⁶ A República, 14/09/1886, pág. 3.

A *Escola Normal*, o ensino primário e a instrução feminina tornam-se objeto da crítica da continuação do artigo, ainda escrito por Jefferson. Na verdade, há uma relação direta entre a formação dos professores primários e a qualidade do ensino primário, ou seja, “a figura esqueleticamente ridícula da nossa Escola Normal, causa proxima da sabedoria cachetica dos nossos mestres primarios, e causa mediata do atrophiado ensino infantil entre nós”¹⁷. E os republicanos paraenses não esperam que isso tenha solução sob a Monarquia, o programa dos governantes atuais leva-os crença desanimadora e revoltante em matéria de instrução.

Em meio a essa situação da precariedade do ensino, o artigo ainda propõe a legitimidade da instrução feminina. De início, denuncia a condição tutelada da mulher em relação ao homem, que em tudo é submetida, mesmo que se admita certa inferioridade feminina que distancia os sexos. Mas, mesmo assim, considera-se que ambos têm a possibilidade de desenvolver em termos de igualdade, ou até onde lhes for possível. E se isso ainda não foi possível, é devido a essa submissão a uma condição tutelada que estreita o seu papel social. É precisamente contra isso que se propõe a instrução feminina, por meio da educação que se procura engendrar a emancipação da mulher, “contra este acanhamento despotico, contra esta sua estreitesa de acção, que hoje se levantam unisonas as vozes da razão e da justiça, propugnando n’esta campanha humanitaria pelo direito da – emancipação da mulher”¹⁸.

Dando continuidade a essa argumentação em favor da educação feminina, defende-se que ela deve ser intelectual e física. A partir da apreciação pelas belas artes, das ciências naturais, os estudos filosóficos e pelas operações matemáticas; nos momentos de ócio, dedicar-se as artes, a música; exercitar as prendas e a economia doméstica; o passeio a lugares de cultura e aprazíveis como o teatro e os jardins públicos; a obrigação a todas as manhãs à ginástica de uma a duas horas de duração. Desta forma, considerando essas prescrições, que se pensa a educação da mulher, uma educação intelectual, moral e física ao mesmo tempo, quer dizer, “a educação moral, a educação mental, e completae a vossa obra com a educação physica, que é o laço que prende estreitamente as duas, na mesma pessoa, e tereis o verdadeiro typo de mulher modelo”¹⁹.

E ainda sobre a instrução das mulheres, critica a noção que de os homens são a razão da humanidade e as mulheres o coração dela, e subjacente a esta noção, apresenta-se a “these da incapacidade intellectiva feminina”, por conta do diâmetro encefálico feminino ser menor que o masculino. O articulista Jefferson contra-argumenta demonstrando que não é mais pelo diâmetro encefálico que se mensura a inteligência, e sim, pela profundidade das circunferências cerebrais e a espessura da camada cortical. Assim, não há justificativas que restrinjam a educação feminina, pois

¹⁷ A República, 10/11/1886, pág. 2.

¹⁸ A República, 10/11/1886, pág. 2.

¹⁹ A República, 13/11/1886, pág. 3.

“verificamos a sem razão dos que se estribam em uma tão falsa apreciação, para negarem ao bello sexo o direito a instrucção mental, que lhe trará infallivelmente a emancipação desejada”²⁰. E finaliza citando o caso de mulheres, como Clarisse Bader e Maria Amalia Vaz de Carvalho, que ao entrarem em contato com as ciências e as letras, conseguiram “espedaçando heroicamente as peias do hominismo, librar-se orgulhosas nas azas do entendimento”²¹.

Em 1887, nas páginas do “A República”, aparecem os artigos “*Instrucção Publica*”, que não são assinados, ao contrário do “*Nossa Instrucção*”, escrito por Jefferson. Em um destes artigos afirma-se que a instrucção pública é um dos principais problemas enfrentados pelos estadistas modernos, pois esta instituição tem merecido especial atenção entre as nações civilizadas, e tem sido encarada como elemento fundamental na sociedade hodierna, contribuindo para a progressão social, uma vez que o conhecimento é adquirido pelas massas, transformando em energia a inércia que a ignorância tornara. Em razão disso, as nações civilizadas tem aumentado o orçamento destinado à educação popular, “os dinheiros consumidos para alumiar o entendimento da insciência, são depósitos, que hão de produzir em futuro mais ou menos próximo fabulosos lucros”²². Os estadistas brasileiros não se guiam pelos princípios da ciência moderna, de observação e a experiência, pois se assim fizessem, não veriam os gastos com a instrucção como apenas mais uma despesa do serviço público, e, sobretudo, os benefícios “quando todas as nações, que se nos avantajam na vereda do progresso, e acrescentando a olhos vistos parte das despesas votada a instruir a infância, único meio de preparar gerações equilibradas e sadias”²³.

Nesse sentido, são citados vários países europeus, como a Itália, a Suíça, a Inglaterra que melhoraram o nível da sua instrucção pública, bem como os Estados Unidos, em razão dos investimentos no campo educacional. Contudo, quando vislumbra a situação da instrucção pública no Pará, denuncia a situação crítica da Escola Normal, que está reclamando a muito uma radical reorganização, pois não se forma professores de acordo com os métodos de ensino da moderna pedagogia e sem disciplina científica. Portanto, é fundamental a reformulação da instrucção pública, já que “esta é a base unica da prosperidade de um povo. Este é o meio de sermos no futuro uma nação grande e feliz”²⁴.

Em outro artigo sob o título “*Instrucção publica*”, sem assinatura, tratada da questão do *método de ensino*. Na verdade, a discussão centra-se “contra o habito estúpido da decoração servil,

²⁰ A República, 14/11/1886, pág. 2.

²¹ A República, 14/11/1886, pág. 2.

²² A República, 19/03/1887, pág. 2.

²³ A República, 19/03/1887, pág. 2.

²⁴ A República, 19/03/1887, pág. 2.

que é o obstáculo ao desenvolvimento espontâneo e natural das faculdades intelectuais”²⁵. Tal método, a decoreção, acaba por fixar uma relação entre professor e aluno que é conduzida pela repetição mecânica da lição. O ensino, que deveria ser dinâmico a partir do professor, acaba sendo um modo grosseiro de moldar a inteligência dos alunos, com a repetição sem reflexão da lição. A educação não é considerada como a conjugação da dimensão fisiológica e moral, ao contrário, como um simples trabalho mecânico. Assim, o aluno que consegue gravar o maior número de informação, as mantém o maior tempo na sua memória, e responde as perguntas de um questionário, é aquele que apreendeu o assunto e demonstrou conhecimento. Essa forma de conduzir o ensino é considerada lamentável e triste, pois as escolas não se constituem em espaços de cultivo da inteligência, e sim, o lugar no qual a inteligência não se desenvolve, tornando-se “tolhida em suas expansões, adstricta a moldes ferrenhos, e submetida a disciplina severa do compendio”²⁶.

Por outro lado, como extensão da questão do método de ensino, é questionada a *formação dos professores*. O mestre escola ainda está sob a influência da formação do “pedagogo de ontem de fêrula e vergasta, preparando futuros cidadãos de um paiz autoritario e escravocrata”²⁷. A utilização da violência física com o uso da palmatória, como um estímulo ao cultivo da inteligência, de abrir a memória dos alunos à custa de ferimentos físicos é amplamente condenado, essa atitude acaba por passar a imagem do “professor carrancas, o mestre escola carrasco, o pedagogo com ares de feitor de engenho, de olhar carrancudo e voz de trovão”²⁸.

Não raro, o articulista do artigo lança algumas questões que dizem respeito ao que tem sido feito para remediar a situação em que a instrução se encontra, de acordo com que foi discutido ao longo do artigo, e que tipos de esforços devem ser feitos para garantir o futuro desta terra. Como resposta, considera que fechamos os olhos aos ensinamentos dados pelas nações adiantadas, civilizadas, não conseguindo sair do nosso estado de letargia, de modo a seguir os passos daqueles povos que tem se encaminhado no engrandecimento e prosperidade.

A questão da necessidade da reforma da instrução pública acaba sendo o objeto de discussão de outro artigo intitulado “Instrucção publica”, no artigo anterior foram apresentados os problemas na instrução, neste agora, são expostos possíveis soluções e encaminhamentos. Inicialmente, faz uma chamada a todos aqueles na imprensa que lutam pela instrução e ilustração da população, pelo desenvolvimento da instrução pública. A tal modo que a instrução pública paraense siga o mesmo

²⁵ A República, 24/03/1887, pág. 2.

²⁶ A República, 24/03/1887, pág. 2.

²⁷ A República, 24/03/1887, pág. 2.

²⁸ A República, 24/03/1887, pág. 2.

caminho proclamado por George Washigton para a educação nos Estados Unidos, “a instrução é a base mais estavel da prosperidade publica”²⁹.

No que diz respeito ao método de ensino, a tão criticada decoração, a agora é proposto que se guie as formas de ensinar a partir dos princípios da pedagogia moderna. Mas é necessário que os professores tenham a formação necessária para a boa execução dos métodos de ensino, sem esta formação, por melhores que sejam os métodos, eles não vão atingir os seus objetivos educacionais. Quanto a isso, Herbert Spencer é citado sobre essa questão do método de ensino “o sucesso de um methodo depende da intelligencia com que elle é aplicado. (...) E a excellencia mesma do methodo que torna-se a causa do insucesso da mesma sorte que a perfeição do instrumento é, em mão inhabil, uma fonte de imperfeição nos resultados”³⁰.

Retoma ao final do artigo aquelas críticas a Escola Normal, feitas no artigo anterior. Sobretudo, a superficialidade da formação dos professores, na qual aprendiam apenas a ler, escrever e contar, mesmo que se repute a “tarefa de ensinar a ensinar, educar no methodo de educar”, e que questiona que isso possa ser feito “sem caracter technico, sem realidade profissional, sem acção pedagogica”³¹. Na verdade, a Escola Normal transformou-se em uma fábrica de professores, sem pedagogia, sem educação, sem ensinamentos, o qual considera que o título mais apropriado de Escolar Normal, seria “Escola Anormal”.

Da mesma forma que fora consultado os artigos publicados no “A República” que tratavam da problemática educacional, os relatórios de Presidente de Província foram analisados no sentido de identificar como a instrução pública era tratada pelas autoridades públicas. Em linhas gerais, no período consultado neste tópico, de 1886 a 1889, são apresentadas informações sumárias acerca da movimentação administrativa, como número de matrículas, nomeações, exames, sobre jubilações e vitalicidades de professores, das instituições educativas do Estado.

Apenas dois relatórios destoam dos demais, ambos localizados no ano de 1889. O primeiro de José Araújo Roso Danin, no qual afirma que é a instrução pública está em estado de caos, por conta de

“reformas successivas sem criterio e estudo plantaram a desordem n’esse importante ramo do serviço publico, que ressentia-se de falta de boa direcção occasionada por nomeações infelizes de pessoas em algumas das quaes era notoria a ausencia das quallidades necessarias para o exercicio do importante cargo de director”³².

²⁹ A República, 27/03/1887, pág. 2.

³⁰ A República, 27/03/1887, pág. 2.

³¹ A República, 27/03/1887, pág. 2.

³² Relatório de Presidente de Província, José Araújo Roso Danin, 1889.

Por outro lado, o relatório de Antonio José Ferreira Braga apresenta as suas preocupações com a instrução e a sua incompatibilidade com os desenvolvimentos materiais da província. Considera que a falta de professores, de escolas e de alunos é a tríade negativa que marca a educação da província. Reputa que a formação de professores é um elemento estrutural para melhorar a educação, tanto que faz referência a Grécia, que para reconquistar a sua independência e liberdade, primeiro fechou as portas das escolas primárias, até que a Escola Normal fornecesse o número necessário de mestres para o ensino. Nesse sentido, segundo ele, “o mestre é chamado a representar na sociedade a instrução por sua cabeça, por sua ilustração, e a educação por seu coração, não é, não pode ser, essa entidade, quasi contraposta, que se recruta e se colloca á frente das escolas”³³.

Desta forma, o *discurso* dos republicanos paraenses é de franca crítica das instituições do Império, em especial, da centralização política e da escravidão. Ao lado disso, no âmbito educacional, são apresentados questionamentos a instrução do regime imperial. Até mesmo os presidentes de província admitem que existam problemas na instrução pública nos finais do Império. Desta maneira, os republicanos paraenses, a partir de suas críticas e questões, apresentam proposições que reformulem em outras bases a educação no Estado. Nesse sentido, a proposição de uma educação republicana é pensada como antítese da educação imperial, é o seu contrário, se afirma uma educação republicana a partir da negação da imperial, que considera que a formação de professores, o ensino primário, os métodos pedagógicos, a instrução popular e a instrução feminina, sigam os ditames da moderna ciência pedagógica, adotada nos países civilizados. Com vistas de superar o atraso provocado pela instrução pública imperial, a educação republicana propugnada pretender formar o professor, a criança, a mulher e o individuo autônomo, que contribuam para o *progresso e civilização* do Estado.

Referências

Documentais:

Relatório do presidente da província João Antonio d’Áraujo Freitas Henriques. Belém: Typ. do Diário de Notícias, 1886.

Relatório do presidente da província Miguel José d’Almeida Pernambuco. Belém: Typ. de A. F. Costa, 1888.

Relatório do presidente da província Miguel José d’Almeida Pernambuco. Belém: Typ. de A. F. Costa, 1889.

Falla com que exmo. Snr Dr. Miguel José d’Almeida Pernambuco, presidente da província, abriu a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. A. F. da Costa, 1889.

A REPÚBLICA. Belém: Typ. Do Diário Oficial, 1886-1889.

³³ Relatório de Presidente de Província, Antonio José Ferreira Braga, 1889.

Bibliográficas:

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975-1976
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- GAIA, William Farias. *Os intelectuais e a República no Pará: (1886-1891)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2000.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 119-144.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do Império*. Rio de Janeiro: editora da FGV: Editora da Universidade Rural do rio de Rio de Janeiro (EduR), 2007.
- PAIXÃO, Carlos. *A moral positivista na sociedade brasileira do século XIX*. Belém: UNAMA, 2001.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da Modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004.
- SAES, Décio. *Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Editôra Brasiliense, 1962.
- _____. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.